mente confiada a sua guarda ou administração, com intervenção do administrador do concelho.

A corporação cultural declarará, no competente auto de entrega, que se responsabiliza pelas despesas anuais com a guarda, conservação e reparação dos bens que recebe, ficando obrigada a apresentar no Ministério da Justiça e dos Cultos um duplicado do referido auto de entrega, no prazo de três meses.

Esta entrega caducará caso se dê a hipótese do artigo 13.º do decreto n.º 11:887, ou se deixarem de ser cumpridas as obrigações aqui consignadas, nos prazos marcados, que começam a decorrer desde a publicação deste diploma.

Paços do Governo da República, 2 de Março de 1929.— O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Mário de Figueiredo*.

Portaria n.º 5:991

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926, que à corporação encarregada do culto católico na freguesia de Travanca, concelho da Feira, distrito de Aveiro, sejam entregues, em uso e administração, a igreja matriz, adro, dependências e objectos de culto e o terreno anexo à antiga residência paroquial, com a superfície de 95^m2,68, bens estes oportunamente arrolados por efeito da lei de 20 de Abril de 1911, cuja entrega será feita, mediante inventário, pelas entidades a quem está actualmente confiada a sua guarda ou administração, com intervenção do administrador do concelho.

A corporação cultural declarará, no competente auto de entrega, que se responsabiliza pelas despesas anuais com a guarda, conservação e reparação dos bens que recebe, ficando obrigada a apresentar no Ministério da Justiça e dos Cultos um duplicado do referido auto de entrega, no prazo de três meses.

Esta entrega caducará caso se dê a hipótese do artigo 13.º do decreto n.º 11:887, ou se deixarem de ser cumpridas as obrigações aqui consignadas, nos prazos marcados, que começam a decorrer desde a publicação deste diploma.

Paços do Governo da República, 1 de Março de 1929.— O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Mário de Figueiredo*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Decreto n.º 16:574

Considerando que se torna necessário inscrever devidamente no orçamento do Ministério das Finanças decretado para o corrente ano económico de 1928-1929 a importância necessária para ocorrer ao pagamento dos encargos do empréstimo de 9:951.000\$, emitido nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 16:368, de 15 de Janeiro de 1929;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É descrita no capítulo 1.º «Encargos da Dívida Pública», artigo 1.º «Juros», do orçamento do

Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1928-1929, sob a sub-rubrica «Juros do empréstimo emitido nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 16:368, de 15 de Janeiro de 1929», a quantia de 646.815\$.

Art. 2.º É descrita no mesmo capítulo, artigo 3.º, de idêntico orçamento, sob a sub-rubrica «Amortização do empréstimo emitido nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 16:368, de 15 de Janeiro de 1929», a quantia de 80.000\$.

Art. 3.º É descrita no capítulo 15.º «Junta do Crédito Público», artigo 78.º «Material e diversas despesas», do referido orçamento, sob a sub-rubrica «Despesas com a emissão do empréstimo contraído nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 16:368, de 15 de Janeiro de 1929», a quantia de 20.000\$.

Art. 4.º É anulada na verba de 500.000\$, inscrita no capítulo 6.º, artigo 30.º, do mesmo orçamento, sob a rubrica «Indemnização das fábricas de aguardente extintas na Madeira», a quantia de 343.407\$50.

Art. 5.º É adicionada à verba de 2.000.000\$, inscrita no capítulo 3.º, artigo 28.º, do orçamento das receitas decretado para o ano económico de 1928-1929, sob a rubrica «Indústrias em regime tributário especial», e sub-rubrica «Alcool e aguardentes da Madeira», a soma de 403.407\$50, parte da renda fixa a que se refere o § único do artigo 38.º do decreto n.º 16:083, de 29 de Outubro de 1928, e destinada aos fins consignados no n.º 3.º do artigo 33.º do mesmo decreto.

Art. 6.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 6 de Março de 1929.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Anibal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Baccalar Bebiano — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 16:575

Tendo passado para a Direcção da Arma de Artilharia, em virtude da extinção do Arsenal do Exército, o encargo do pagamento de férias aos operarios civis tuberculosos do mesmo Arsenal, nos termos do artigo 15.º da lei n.º 1:454, de 27 de Julho de 1923;

Não tendo sido incluída no orçamento do Ministério Guerra para 1928-1929 verba alguma para satisfação desse encargo; mas

Sendo necessário efectuar esse pagamento, determinado por lei;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É inscrita no orçamento do Ministério da Guerra em vigor no corrente ano económico de 1928-

1929, no capítulo 4.º, artigo 11.º, a quantia de 450.000\$, sob a seguinte rubrica: «Para pagamento de férias aos operários civis tuberculosos do extinto Arsenal do Exército», anulando-se igual importância na verba de 39:618.395\$45, consignada a «Rancho», no capítulo 18.º, artigo 58.º, do mesmo orçamento.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 6 de Março de 1929.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—Mário de Figueiredo—António de Oliveira Salazar—Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento—Anibal de Mesquita Guimarães—Manuel Carlos Quintão Meireles—José Bacelar Bebianno—Gustavo Cordeiro Ramos—Pedro de Castro Pinto Bravo.*

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Decreto n.º 16:576

Considerando que as disposições do artigo 13.º do decreto n.º 14:953, de 24 de Janeiro de 1928, determinam que vencimento algum será abonado pelo Ministério da Marinha aos reformados da armada prestando serviço noutros Ministérios;

Considerando que é de toda a vantagem, conforme foi exposto pela Administração Geral do Pôrto de Lisboa, que a policia dos cais incluídos na área do mesmo pôrto continue a ser efectuada por funcionários nas condições referidas;

Mas, atendendo à insuficiência da verba inscrita no orçamento da despesa da referida Administração sob a rubrica «Pessoal diverso»;

Tendo em atenção o disposto no artigo 8.º do decreto n.º 15:465, de 14 de Maio de 1928;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, e tendo ouvido o Conselho de Ministros:

Hei por bem decretar:

É transferida da verba de 865.087\$26, inscrita sob a rubrica «Serviços suplementares» no artigo 4.º do capítulo 1.º do orçamento da Administração Geral do Pôrto de Lisboa em vigor no actual ano económico de 1928-1929 a quantia de 10.000\$, destinada a reforçar a verba de 10.000\$, descrita no mesmo orçamento sob a rubrica «Cabos de mar», do artigo 5.º do capítulo 1.º, a fim de se ocorrer ao pagamento dos vencimentos dos cabos de mar no corrente ano económico.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 2 de Março de 1929.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—Mário de Figueiredo—António de Oliveira Salazar—Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento—Anibal de Mesquita Guimarães—Manuel Carlos Quintão Meireles—José Bacelar Bebianno—Gustavo Cordeiro Ramos—Pedro de Castro Pinto Bravo.*

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 16:577

Considerando que pelo artigo 18.º do decreto-lei n.º 12:748, de 26 de Novembro de 1926, foi concedida a restituição de 40 por cento do imposto ferroviário, criado pelo decreto n.º 12:103, de 5 de Agosto do mesmo ano, às entidades expedidoras de carvão de pedra nacional pelas linhas férreas do País;

Considerando que no Orçamento do Estado não foi incluída nenhuma verba para fazer face a êsse encargo, pelo que importa suprir essa falta, a fim de se poder dar andamento aos pedidos de restituição já pendentes ou que virem a ser apresentados;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações, tendo ouvido o Conselho de Ministros, decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do do Comércio e Comunicações, um crédito especial de 10.000\$, a inscrever no orçamento do segundo dos referidos Ministérios em vigor para o corrente ano económico, no capítulo 12.º, onde constituirá o artigo 107.º—B «Restituição de 40 por cento do imposto ferroviário pago pelos carvões nacionais transportados em caminhos de ferro».

Art. 2.º No mesmo orçamento será reduzida de igual quantia a dotação do artigo 170.º do capítulo 26.º

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 2 de Fevereiro de 1929.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—Mário de Figueiredo—António de Oliveira Salazar—Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento—Anibal de Mesquita Guimarães—Manuel Carlos Quintão Meireles—José Bacelar Bebianno—Gustavo Cordeiro Ramos—Pedro de Castro Pinto Bravo.*

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal

1.ª Repartição

Aos Srs. inspectores chefes das regiões escolares:

Instruções sôbre concursos de escolas

Convindo esclarecer as disposições que regulam o provimento de escolas nos termos do artigo 25.º do decreto-lei n.º 5:787-A, de 10 de Maio de 1919, de conformidade, em parte, com a homologação ministerial nos pareceres da Procuradoria Geral da República, levo ao conhecimento de V. Ex.ª as seguintes instruções:

a) O prazo de trinta e quarenta e cinco dias fixado para o concurso de escolas começa a contar-se do dia immediato ao da publicação, encerrando-se às dezassete horas do dia em que terminar o mesmo prazo. Se êste dia fôr domingo ou feriado, passará para o dia útil immediato.